



Espanha revolucionária II¹

Karl Marx

New York Daily Tribune, N° 4.192.

25 de setembro de 1854.

Estamos apresentando aos nossos leitores uma síntese da recente história revolucionária da Espanha, o intuito é compreender e julgar os acontecimentos que essa nação está oferecendo agora para observação do mundo. Ainda mais interessante e, talvez, igualmente valioso como fonte de ensinamento para o presente, é o grande movimento nacional que acompanhou a expulsão dos Bonapartes e restituiu a coroa espanhola à família cuja posse ainda permanece. Mas, para apreciar corretamente esse movimento, com seus episódios heroicos e exibições memoráveis de vitalidade de um povo supostamente moribundo, temos que retroceder ao início do assalto napoleônico à nação. Talvez, a causa de tudo esteja inicialmente assentada no Tratado de Tilsit, que foi assinado em 7 de julho de 1807: que diz que recebeu de complemento um acordo secreto, firmado pelo príncipe Kurakin e Talleyrand. Foi publicado na *Gaceta de Madrid* em 25 de agosto de 1812; e continha dentre outras coisas, os seguintes acordos:

- “Art. I. A Rússia tomará posse da Turquia europeia e estenderá suas possessões na Ásia até onde considere conveniente”.
- “Art. II. A dinastia dos Bourbons na Espanha e a Casa de Bragança em Portugal deixaram de reinar. Príncipes da família Bonaparte sucederão a cada uma das duas coroas”.

Supondo que esse tratado é autêntico – e sua autoridade apenas seja discutida, inclusive nas memórias do rei José Bonaparte, recentemente publicadas – teríamos a verdadeira razão da invasão francesa a Espanha em 1808, uma vez que, naqueles tempos, as comoções espanholas pareciam ligadas por fios secretos com os destinos da Turquia.

Quando, como resultado do massacre de Madri e as operações de Baiona, estouraram de forma simultânea insurreições nas Astúrias, Galícia, Andaluzia e Valência, e o exército ocupou Madri, quatro fortalezas do norte, Pamplona, San Sebastián, Figueras e Barcelona, as decisões foram tomadas por Bonaparte

¹ Traduzido por Danilo Chaves Nakamura, mestre em história econômica pela Universidade de São Paulo.



alegando falsos pretextos. Parte do exército espanhol havia sido trasladada para ilha de Funen, com o objetivo de atacar a Suécia. Por fim, todas as autoridades constituídas, militares, eclesiásticas, judiciárias e administrativas, assim como a aristocracia, estimulavam o povo a submeter-se ao invasor estrangeiro. Mas havia uma circunstância que compensava todas as dificuldades da situação. Graças a Napoleão, o país estava livre de seu rei, de sua família real e de seu governo. Assim, foram quebrados os grilhões que pudessem impedir o povo espanhol de exhibir suas energias inatas. Quão incapazes eram para resistir aos franceses sob o mando de seus reis que em circunstâncias ordinárias experimentaram vergonhosas derrotas nas campanhas de 1794 e 1795.

Napoleão chamou as personalidades mais distintas da Espanha para se reunirem com ele em Baiona e para receberem de suas mãos um rei e uma constituição. Com raras exceções, quase todos se apresentaram. Em 7 de junho de 1808, o rei José recebeu em Baiona uma delegação dos Grandes da Espanha, situação na qual o duque do Infantado, o amigo mais íntimo de Fernando VII, disse as seguintes palavras: “Senhor, os Grandes da Espanha têm sido celebrados em todas as épocas pela lealdade aos seus soberanos, e neles vossa Majestade encontrará a mesma fidelidade e adesão”.

O Conselho Real de Castela assegurou ao pobre José que “ele era o ramo principal de uma família destinada pelos céus a reinar”. Não menos deplorável foi a congratulação do duque do Parque, a frente de uma delegação que representava o exército. No dia seguinte, as mesmas pessoas publicaram um discurso ordenando submissão total a dinastia Bonaparte. Em 7 de julho de 1808, a nova constituição foi firmada por 91 espanhóis das mais altas distinções, entre eles, duques, condes e marqueses, assim como numerosos superiores de ordens religiosas. Durante as discussões sobre essa constituição, não havia motivo maior para objeção que a supressão de seus antigos privilégios e isenções. O primeiro governo e a primeira casa real de José eram compostos pelas mesmas pessoas que haviam formado o governo e a casa real de Fernando VII. Algumas pessoas das classes mais altas consideravam Napoleão o regenerador providencial da Espanha; outras, como o único baluarte contra a revolução; nenhuma delas acreditava na possibilidade de uma resistência nacional.

Assim, desde o começo da guerra espanhola de independência, a alta nobreza e a velha administração perderam toda influencia sobre as classes médias e sobre o povo, por tê-los abandonado já no início da luta. De um lado estavam os afrancesados; de outro, a nação. Em Valladolid, Cartagena, Granada, Jaén Sanlúcar, Carolina, Ciudad Rodrigo, Cádiz e Valência, os membros mais proeminentes da



antiga administração – governadores, generais e outros assinalados personagens, considerados como agentes dos franceses e como obstáculos para o movimento nacional – caíram vítimas do povo enfurecido. As autoridades existentes foram destituídas em todas as partes. Alguns meses antes do levante, em 19 de março de 1808, as revoltas populares que se realizaram em Madri propunham destituir de seus cargos o *El Choricero* (apelido de Godoy) e os seus odiosos satélites. Esse objetivo agora se ampliou a escala nacional, e com ele, a revolução interna se realizava de acordo com a observação das massas, e conectada a resistência ao intruso estrangeiro. Em seu conjunto, o movimento parecia mais dirigido *contra* a revolução, que *a favor* dela. Era nacional por proclamar a independência da Espanha em relação à França, e era, por sua vez, dinástico por opor o “desejado” Fernando VII a José Bonaparte; era reacionário por opor as instituições, costumes e leis antigas em relação às inovações racionais de Napoleão; era supersticioso e fanático por opor a “santa religião” ao chamado ateísmo francês, ou a destruição dos privilégios especiais da Igreja Romana. Os padres, aterrorizados pelo sofrido destino de seus confrades da França, fomentavam as paixões populares com vista à autopreservação: “A chama patriótica, disse Southley, brilhava com mais intensidade graças ao santo óleo da superstição”.

Todas as guerras de independência travadas contra a França têm em comum o selo da regeneração mesclado com a reação, mas em nenhum lugar com o tamanho alcançado pela Espanha. O rei apareceu na imaginação do povo à luz de um príncipe novelesco, submetido aos maus tratos e ao confinamento de um gigante vilão. Nas épocas mais fascinantes e populares de seu passado, eles estavam envoltos as santas e milagrosas tradições da cruz contra a lua crescente, e uma grande parte das classes baixas estava acostumada a cultivar hábitos mendicantes e viver do santo patrimônio da Igreja. Um autor espanhol, Don José Clemente Carnicero, publicou nos anos de 1814 e 1816 as seguintes obras em série: *Napoleón, el verdadero Don Quijote de Europa, Principales sucesos de la gloriosa revolución de España, La Inquisición justamente restablecida*; basta os títulos destes livros para compreender este aspecto da revolução espanhola, aspecto que encontramos nos numerosos manifestos das juntas provinciais, todas as quais clamam em favor do rei, da santa religião e do país, e alguma inclusive diz ao povo que “suas esperanças de um mundo melhor estavam por um fio e corriam perigo eminente”.

No entanto, se os camponeses, os habitantes das pequenas cidades e o numeroso exército de mendigos, com ou sem hábito, estavam todos imbuídos do prejuízo religioso e político, e eles formavam a grande maioria do partido nacional,



este incluía, por outro lado, uma minoria ativa e influente que considerava o levante popular contra os franceses como o sinal da regeneração política e social da Espanha. Essa minoria era composta por habitantes dos portos marítimos, cidades comerciais e parte das capitais das províncias, onde, sob o reinado de Carlos V, se desenvolveram até certo ponto as condições materiais da sociedade moderna. Tais pessoas eram apoiadas pelo setor mais cultivado das classes superior e média, escritores, médicos, juristas e inclusive clérigos, para os quais os Pirineus não formavam uma barreira suficiente contra a filosofia do século XVIII. O famoso informe de Jovellanos sobre a agricultura, publicado em 1795 e elaborado por uma ordem do Conselho Real de Castela, pode ser considerado como um verdadeiro manifesto dessa fração. Estava, finalmente, a juventude das classes médias, por exemplo, estudantes universitários, que haviam adotado com impaciência as aspirações e os princípios da revolução francesa e que, por um momento, esperaram ver seu país regenerado com a ajuda da França.

Enquanto não se tratava de outra coisa que não a defesa comum do país, os grandes elementos que constituíam o partido nacional permaneciam perfeitamente unidos. Seu antagonismo não se manifestou até que se reunissem nas Cortes, no campo de batalha de uma nova constituição que iriam redigir. A minoria revolucionária não hesitou em recorrer aos preconceitos nacionais da velha crença popular, com o intuito de animar o espírito patriótico do povo. Por mais que tais táticas parecessem favorecer os objetivos imediatos da resistência nacional, não deixaram de ser fatais para essa minoria que atingiu o movimento através do interesse conservador da velha sociedade, um interesse que se escondia atrás de preconceitos e paixões populares, elementos que desviariam os planos reais e revolucionários subsequentes.

Quando Fernando saiu de Madri, a pedido de Bonaparte, estabeleceu-se uma Junta Suprema de Governo presidida pelo infante don Antonio. Mas em maio essa Junta desapareceu. Não havia, pois, governo central, e as cidades insurgentes formaram juntas próprias, submetidas às juntas das capitais da província. Estas juntas provinciais constituíram outros tantos governos independentes, por assim dizer, cada um dos quais levantou seu próprio exército. A Junta de representantes de Oviedo declarou que toda soberania havia passado para suas mãos, proclamou a guerra contra Bonaparte e enviou delegados à Inglaterra para firmar um armistício. O mesmo fez a Junta de Sevilha. É um fato curioso que, pela simples força das circunstâncias, aqueles exaltados católicos se viram empurrados a uma aliança com a Inglaterra, potência que os espanhóis estavam acostumados a ver como a encarnação da heresia mais condenável, ligeiramente menos que a Grande Turquia.



Atacados pelo ateísmo francês, os espanhóis se vieram jogados aos braços do protestantismo britânico. Nada tem de estranho que, em sua volta para Espanha, Fernando VII declarara, em um decreto que restabelecia a Santa Inquisição, que uma das causas “que alterou a pureza da religião na Espanha era a permanência de tropas estrangeiras de diferentes seitas, todas elas igualmente infectadas de ódio a Santa Igreja Romana”.

As juntas provinciais despertadas tão de repente à vida, completamente independentes uma das outras, concederam algum grau de destaque – embora fraco e indefinido – para a Junta Suprema de Sevilha, cidade considerada capital da Espanha durante o tempo em que Madri esteve sob o julgo estrangeiro. Estabeleceu-se assim um governo federal de tipo extremamente anárquico, em que o choque de interesses opostos, invejas locais e influências rivais tornaram-se instrumentos bastante inadequados para unificar o comando militar e coordenar as operações de uma campanha.

Os manifestos dirigidos ao povo por essas numerosas juntas, por um lado, demonstraram toda a energia heroica de um povo, repentinamente despertado de uma prolongada letargia e impulsionado por uma descarga de energia elétrica a um febril estado de atividade, mas, por outro lado, eles não ficaram livres de pomposos exageros, uma mescla de bufonaria e empolamento, aquela grandiloquência redundante que levou Sismondi a qualificar a literatura espanhola de oriental. Eles também mostraram a vaidade infantil do personagem espanhol quando, por exemplo, os membros da Junta tomaram o título de Alteza ou vestiram-se com vistosos uniformes.

Há duas circunstâncias ligadas a essas juntas: uma mostra o baixo nível do povo na época do levante; a outra foi prejudicial ao progresso da revolução. As juntas eram nomeadas pelo sufrágio universal, mas “o ardor das classes baixas se mostrou na forma da obediência”. Geralmente elegiam somente seus superiores naturais: a nobreza provincial e a pequena aristocracia, respaldadas pelo clero, e muitas poucas personalidades das classes médias. Tão consciente era o povo de sua própria debilidade, que limitava sua iniciativa a obrigar as classes altas a resistir contra o invasor, sem pretensão de participar da direção dessa resistência. Em Sevilha, por exemplo, “o primeiro pensamento do povo era que o clero paroquial dos conventos deveriam se reunir para eleger os membros da Junta”. Desta forma, as juntas ficaram nas mãos de pessoas eleitas por suas posições anteriores, pessoas que estavam muito longe de serem chefes revolucionários. Por outro lado, ao nomear essas autoridades, o povo não pensou em limitar seu poder ou em fixar o termino da sua duração. As juntas só pensavam, naturalmente, em estender o



primeiro e perpetuar o segundo. Por isso que as primeiras criações do impulso popular no começo a revolução permaneceram, ao longo de todo seu percurso, como diques contra a corrente revolucionária quando ela estava transbordando.

Em 20 de julho de 1808, quando José Bonaparte entrou em Madri, 14.000 franceses, a mando dos generais Dupont e Vedel, foram obrigados por Castelaños a depor suas armas em Bailén, e José teve que se retirar de Madri para Burgos alguns dias depois. Ocorreram outros dois acontecimentos que deram ânimo aos espanhóis: um foi a expulsão de Lefebvre de Zaragoza pelo general Palafox, e o outro, a chegada do exército do marquês de Romana a Coruña, com 7.000 homens, que, a despeito dos franceses, havia embarcado na ilha de Funes para regressar em ajuda de seu país.

Foi depois da batalha de Bailén quando a revolução chegou a seu apogeu, que o setor da alta nobreza, que havia aceitado a dinastia Bonaparte ou caído prudentemente ao lado, deu um passo adiante para aderir à causa popular, o que foi para esta uma vantagem muito duvidosa.

[MARX, Karl. **Revolutionary Spain**. *New York Daily Tribune*, n° 4.192, 25.09.1854. MEGA I/13, pp. 422-427.]